

**POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS DE HABITAÇÃO: UM PANORAMA DA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA RURAL
NATIONAL PUBLIC HOUSING POLICIES: A PANORAMA OF IMPLEMENTING
THE PROGRAM MY HOME MY RURAL LIFE**

Maíne Wendpap¹; Jordana Luiza Nogueira²
Henrique Kujawa³ Caliane Christie Almeida⁴

RESUMO

No Brasil, em linhas gerais, as políticas públicas nacionais de habitação, historicamente, se direcionaram prioritariamente ao meio urbano, enquanto o meio rural ficou desamparado de suporte de financiamento e/ou concessão de moradias ao longo dos anos. Este fator representou uma postura do Estado de não reconhecimento da problemática do déficit habitacional do homem do campo, contribuindo para o êxodo rural e impactando na estrutura social e econômica do país. Mediante aos diversos movimentos sociais e reivindicações por direitos à cidadania no campo, o meio rural começou a ganhar atenção política e foi instituída a primeira política pública de habitação rural do país em 2003. O objetivo desse artigo é analisar a implementação das políticas habitacionais rurais com foco no Programa Minha Casa Minha Vida Rural, no período de 2009 a 2017. A pesquisa, metodologicamente, se constitui de uma análise exploratória, e foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica sobre o tema e análise de dados estatísticos do programa Minha Casa Minha Vida Rural fornecido pelo Ministério das Cidades. Os resultados prévios indicam que o Programa Minha Casa Minha Vida Rural tem colaborado para amenizar os déficits habitacionais e melhorar a vida do homem do campo por meio da conquista de condições dignas de moradia.

Palavras chave: Políticas Públicas. Habitação Rural. Cidadania.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo e membro de do Grupo de Pesquisa THCA-IMED. Faculdade Meridional IMED, Passo Fundo, RS, Brasil. E-mail: mainearq@gmail.com.

² Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo, bolsista de iniciação científica da FAPERGS e membro do do Grupo de Pesquisa THCA-IMED. Faculdade Meridional IMED, Passo Fundo, RS, Brasil. E-mail: joo.nogueira@hotmail.com.

³ Orientador, professor do mestrado de Arquitetura e Urbanismo membro do Grupo de Pesquisa THCA-IMED, coordenador do projeto Habitação Rural: uma análise da efetivação da política pública de habitação rural no RS financiado pela FAPERGS (edital 012017-ARD). E-mail: henrique.kujawa@imed.edu.br

⁴ Orientadora. Docente e pesquisadora do Programa de Graduação e Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da IMED (PPGARQ/IMED). Coordenadora do Grupo de Pesquisa THCA-IMED e Bolsista de Produtividade da Fundação Meridional. Passo Fundo, RS, Brasil. E-mail: caliane.silva@imed.edu.br

ABSTRACT

Historically, the national public policies for housing have priority in the rural area, while the rural area has been left without support of housing financing. This factor represents a posture of the country and the valorization of the rural man, contributing to the rural development and impact in the social and economic structure of the country. The social people have a reivindication to the citizenship on the field, on the rural began in politics, and the context was institutionalized in the first hour public policy of rural housing. The research was carried out from a year of 2017. A research, methodologically, was an exploratory analysis, and was carried out from a bibliographical review on the subject and the analysis of statistical data of the program Minha Casa Minha Vida Rural Ministry of Cities. Previous results indicate that the Minha Casa Minha Vida Rural Program has contributed to alleviate housing deficits and improve the lives of men.

Keywords: Public Policies. Rural Housing. Citizenship.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento das políticas públicas de moradia no Brasil remonta as primeiras décadas do século XX. Mesmo recebendo um conjunto de críticas (MARICATO, 2014; ROLNIK, 2015; BONDUKI, 2002) quanto a sua abrangência, forma de aplicação, impactos no processo de urbanização, essas políticas foram importantes para minimizar o déficit habitacional no país. Ocorre que essas políticas se vinculavam ao meio urbano, enquanto o meio rural ficou alijado de ações estatais por muitos anos.

Historicamente, até o ano de 2003, as alternativas para resolução das problemáticas habitacionais rurais foram praticamente nulas, só passando a ganhar destaque com a instituição do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. Este programa federal teve como intuito principal a redução do déficit habitacional nas áreas rurais do país, produzindo resultados significativos quanto ao volume de unidades. Contudo, foram identificadas algumas limitações nos recursos destinados aos agricultores mais vulneráveis, excluindo uma grande parte das famílias inscritas no programa. Neste cenário, o programa precursor foi passando por consideráveis mudanças após instituir novas regras visando facilitar o acesso de financiamento e/ou concessões por parte das famílias menos favorecidas socioeconomicamente. Assim, no ano de 2009, o PNHR se transformou em um subprograma do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, intitulado de Programa Minha Casa Minha Vida Rural - PMCMV Rural (ROVER, MUNARINI, 2010).

O PMVCV Rural, por sua vez, tem como objetivo principal assegurar recursos para que os agricultores familiares e os trabalhadores rurais possam reformar, ampliar e/ou construir novas moradias, promovendo o incentivo da manutenção do homem no campo e condições adequadas de habitabilidade. São atendidos pelo PMCMV Rural, sobretudo, os

agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda bruta anual de até 78 mil reais (CEF, 2009). As comunidades rurais são atendidas essencialmente por meio de Entidades Organizadoras (EO), de natureza jurídica sem fins lucrativos, que são responsáveis por contratar ou firmar parceria com Caixa Econômica Federal - CEF para possibilitar a execução das obras (CEF, 2009).

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar, panoramicamente, a implementação das políticas habitacionais rurais com centralidade no PMCMV Rural, em nível de Brasil no período de 2009 a 2017. Para tanto, foi aplicada uma análise exploratória, utilizando-se de levantamento e revisão bibliográfica, por meio de fontes primárias e secundárias sobre políticas públicas nacionais de habitação, que se constituiu como a primeira etapa da pesquisa. Na sequência, foi empreendida a pesquisa documental e a análise de dados estatísticos do PMCMV Rural, fornecidos pelo Ministério das Cidades - MCidades, compreendendo o recorte temporal deste trabalho. Por meio desses dados foram geradas tabelas detalhando quantitativamente os empreendimentos, unidades habitacionais e os valores empregados para custear a execução das obras em todo território nacional, assim como, as análises descritivas referentes às tabelas.

Em se tratando da estrutura, este artigo está organizado da seguinte maneira: primeiramente é apresentado o resgate histórico das políticas públicas habitacionais no Brasil; na sequência, aborda-se as políticas públicas habitacionais criadas para o âmbito rural; no terceiro tópico são especificados os dados estratificados por estado, por ano, por agente financiador em nível de Brasil com foco no estado do Rio Grande do Sul referente ao PMCMV Rural. Nas considerações finais são apontados os resultados preliminares e as impressões panorâmicas acerca do tema, objeto de poucos estudos e que necessita de maior atenção, pois beneficia um segmento importante econômico e social no Brasil.

2 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

A compreensão das atuais questões que envolvem políticas públicas habitacionais no Brasil demanda o resgate histórico dos processos políticos, sociais, culturais e econômicos do país. As indagações sobre políticas habitacionais vêm se tornando cada vez mais pertinentes e são alvos de investigação por parte de pesquisadores de diferentes áreas. Por esta ótica, identificar e analisar o contexto político, social e econômico ao longo dos anos auxilia na assimilação da vigente desconjuntura habitacional no país, tanto em nível urbano quanto rural.

No decorrer da República Velha (1889-1930), as disposições instaladas pelo governo,

no que diz respeito à produção habitacional ou à regulamentação do mercado de locação residencial foi praticamente inexistente (BONDUKI, 2004). Mesmo com uma economia centrada na cafeicultura e uma sociedade predominantemente rural, nas primeiras décadas do século XX ocorre um significativo crescimento urbano das principais cidades do país e, durante a primeira Guerra Mundial (1914-18), houve um desenvolvimento industrial, conhecido como indústria de substituição.

Junto com o processo de industrialização também ocorreu a organização do movimento operário que, em linhas gerais, reivindicava, sobretudo, melhores salários e condições de vida e de trabalho. Neste cenário, os trabalhadores iniciaram uma onda de greves gerais no Brasil que ocorreu a partir de 1917, e por muito tempo as respostas alcançadas vieram sob a forma de repressão e as elevações nos valores de locações foram intensificadas nas décadas seguintes agravando o déficit habitacional. Em vista disso, o poder público teve que buscar outras soluções para amenizar os efeitos das manifestações populares que foram ganhando força (MARICATO, 1997; ALMEIDA, 2012).

Uma das principais consequências das greves operárias foi a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões – CAPs (1923) com a perspectiva de organizar e controlar as ações dos sistemas previdenciários privados pré-existentes (ALMEIDA, 2012). A partir de 1930 iniciou-se um novo período histórico conhecido como Era Vargas (1930-45) marcado, dentre outros aspectos, pela queda da bolsa de *New York*, pela crise da cafeicultura brasileira e pelo processo de industrialização. Nesse contexto, ampliam-se os direitos trabalhistas e foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões – IAPs. Os IAPs significaram a expansão das ações governamentais, o princípio dos financiamentos em grande proporção de moradias para trabalhadores e incentivaram a construção dos primeiros conjuntos residenciais modernos no país, no qual, envolveu diversos profissionais arquitetos engajados a contribuir para a inserção de novas tecnologias e crescimento significativo do setor arquitetônico e urbanístico (ALMEIDA, LIMA, FERREIRA, 2014).

Em 1942 se deu a promulgação da Lei do Inquilinato que visava a regulamentação da relação entre inquilinos e os proprietários dos imóveis e instituiu o congelamento dos valores locativos (BONDUKI, 2002). Em 1946, foi criada a Fundação da Casa Popular - FCP, o primeiro agente nacional direcionado a atender as necessidades habitacionais da população de baixa renda e que não eram associados dos IAPs (AZEVEDO, ANDRADE, 2011). No ano de 1964, em um contexto que se reconhecia definitivamente a questão da moradia como um problema urbano, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação em conjunto com Banco Nacional de Habitação (BNH), um marco na história da habitação no Brasil por corresponder

a primeira política pública estruturada para confrontar o problema habitacional no país (ALMEIDA, 2007).

Sob a liderança de Castello Branco o BNH foi instituído pelo regime militar no sentido de “estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda” (BRASIL. Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, Art.1º). De acordo com o Art. 25 parágrafo único o capital inicial compreendido pelo BNH era de 1 bilhão de cruzeiros, para operar diretamente em financiamento, compra e venda ou construção de habitação (Lei n 4.380 Art. 17).

Em 1985, o regime militar teve seu fim e esperava-se, segundo Bonduki (2008), que o BNH e seus agentes promotores passassem por uma reestruturação e que um seguimento fosse dado pelo novo governo com uma política habitacional renovada. Todavia, sem encontrar sustentação governamental, após 22 anos de atuação, o BNH foi extinto pelo Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de dezembro de 1986.

Com o desmonte do BNH estabeleceu-se uma lacuna de atuação governamental no âmbito das políticas habitacionais. De acordo com Bonduki (2008), a política habitacional apesar de falha, era articulada. Nesse sentido perdeu-se uma estrutura de caráter nacional com acumulada experiência na área, acarretando na ausência de estratégias para enfrentar o problema habitacional.

O período subsequente foi denominado de Pós-BNH, marcado pela escassez de uma política pública habitacional organizada e sem recursos procedentes. Estados e municípios empenharam-se em articular programas de governo e/ou a resgatar medidas anteriores com fontes alternativas, adotando uma perspectiva mais social e utilizando práticas populares, a exemplo do mutirão. Neste cenário, o poder municipal ficou encarregado, em diversos estados brasileiros, de suprir as necessidades sociais e mediar as organizações populares (BONDUKI, 2008).

Em 1995, sob a liderança do então presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC, ocorreu um resgate dos financiamentos para a aquisição e/ou edificação de habitação e para a realização de obras de saneamento, com base nos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Após anos de paralização, novas convicções foram adotadas nesse sentido, como flexibilidade, descentralização, diversidade e reconhecimento da cidade real. Tais aspectos passaram a rejeitar os programas convencionais que se sustentavam na produção de grandes conjuntos habitacionais (BONDUKI, 2008).

Ainda no governo de FHC, em 1996, a Secretaria de Política Urbana expôs o documento Nacional de Habitação, o mesmo incluía novos programas e tirou-se o privilégio exclusivo do financiamento à produção. Entre os novos programas formulados está o Pró-Moradia, aplicado na urbanização de áreas precárias, e o Programa de Arrendamento Residencial - PAR (1999), direcionado à produção de unidades novas para arrendamentos utilizando recursos do FGTS e de origem fiscal. Para Bonduki (2008), esses programas não interferiram positivamente no combate ao déficit habitacional e significaram a percepção do favorecimento das classes de renda média, característica tradicional das políticas habitacionais em nosso país.

Em resposta aos movimentos sociais e progressistas, e em busca de uma política de desenvolvimento urbano no Brasil, se deu a criação do MCidades em 2003. O formato do MCidades objetivava minimizar os problemas urbanos das cidades, de moradia, saneamento ambiental e mobilidade, com o apoio dos instrumentos estabelecidos pelo Estatuto das Cidades (BONDUKI, 2009; MARICATO, 2014).

Em outubro de 2003, o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, propôs a criação do Conselho Nacional de Habitação durante a 1ª Conferência Nacional das Cidades. O novo Plano Nacional de Habitação - PlanHab, buscava equacionar o problema habitacional ampliando recursos em um plano de estratégias no prazo de quinze anos, tendo como perspectiva o ano de 2023 (BONDUKI, 2009).

Em 2007, foi promulgado o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, visando o investimento em grandes obras de infraestrutura, e também privilegiando assentamentos precários. No ano de 2009, o governo lança o PMCMV, uma das principais ações do PlanHab (BONDUKI, 2009).

O PMCMV, atual política habitacional do Governo Federal, foi fundada em março de 2009 como forma de acelerar as ações do PAC. O referido programa foi implementado com o ideário de possibilitar a aquisição de imóveis para a população de média e baixa renda e combater o déficit habitacional no país (MARICATO, 2014). De acordo com a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, em seu Art. 1º: *O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e compreende os seguintes subprogramas: I - o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU); II - o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)* (BRASIL, 2009, Art. 1).

O Programa foi desenvolvido para atender três faixas de rendas diferentes. A faixa 1 caracteriza-se pela produção de empreendimentos habitacionais destinados às famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1,8 mil reais. A faixa 2 é destinada a famílias com renda mensal entre R\$ 1,8 mil reais e R\$ 3,6 mil reais, e a Faixa 3 admite famílias com renda mensal de até R\$ 6,5 mil reais (BRASIL, 2009).

Mediante a uma estratégia keynesiana de desenvolvimento e geração de empregos o PMCMV deveria se transformar no mais marcante feito econômico-social, promovendo a oferta de moradia e também minimizando os efeitos da crise internacional de 2008 sobre o crescimento econômico no Brasil. Em um arranjo de capitalismo financeiro o PMCMV objetivava aquecer a economia incentivando o campo da construção civil e, conseqüentemente, gerar expressiva necessidade de mão de obra de baixa qualificação, ação constantemente vinculada a momentos de estagnação econômica no país (ROLNIK, 2015).

3 POLÍTICAS NACIONAIS DE HABITAÇÃO RURAL: DO PNHR AO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA RURAL

Historicamente registra-se vagos recursos para investimentos direcionados ao meio rural, isso ocorre devido, dentre outros aspectos, à baixa densidade demográfica, tornando essas zonas pouco rentável para empresas, privadas ou estatais, implementar serviços de infraestrutura (ROVER, MUNARINI 2010). A falta de subsídios e vínculos a programas políticos tornaram o trabalhador rural marginalizado, tendo como perspectiva um futuro pauperizado (ARANDIA, 1988). Nesse contexto, o agricultor familiar comporta de grandes dificuldades para investir em uma moradia capaz de suprir as necessidades de sua família com conforto e salubridade.

Mediante a diversos movimentos sociais e reivindicações por direitos à cidadania por meio de cooperativas rurais, o universo rural começa a ganhar atenção política. Porém, foi somente no ano de 2003 instituído o primeiro Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) que tinha por finalidade reduzir os déficits habitacionais nos territórios rurais, melhorando assim a qualidade de vida do homem do campo por meio da conquista de condições dignas de moradia (SILVA, 2014).

O PNHR regulamentado pelo MCidades, em suas origens, englobava as ações promovidas pelos primeiros programas de habitação rural, o convênio entre a CEF e o INCRA (2000) que utilizavam recursos do Programa Carta de Crédito com Operações Coletivas – Fundo de Garantia do Tempo Serviço (CC-FGTS), o PSH Rural (Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social), que utilizava subsídios do OGU (Orçamento Geral da União)

e procedentes dos Estados. A terceira modalidade de contrato se dava por meio do Crédito Solidário, Programa federal direcionado à autogestão habitacional, através de cooperativas e associações como Entidades Organizadoras, atuando com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (SILVA, 2014).

Mediante as iniciativas do Crédito Solidário ao executar contratações direta e exclusivamente com entidades habitacionais privadas, sem fins lucrativos, originou-se o Programa Habitacional Popular Entidades (PHPE), no âmbito do PMCMV (SILVA, 2014). Por meio do decreto nº. 6.819, de 13 de abril de 2009, o Programa – que era amparado pelo CC-FGTS Operações Coletivas, PSH Rural e pelo Crédito Solidário –, passou por consideráveis mudanças após instituir novas regras visando facilitar o acesso ao programa pelas famílias mais desfavorecidas socioeconomicamente (BRASIL, 2009).

A partir deste cenário, o PNHR se transformou, como dito anteriormente, em um subprograma do PMCMV, intitulado de PMCMV Rural. O PMCMV Rural tem como objetivo assegurar recursos para que os agricultores familiares e os trabalhadores rurais possam reformar ou construir novas moradias, promovendo o incentivo da manutenção do homem no campo. O programa dispõe de recursos provenientes do Fundo Geral da União – OGU e do FGTS (SILVA 2014).

O novo modelo implantado atende famílias com diferentes rendas anuais, divididas em 3 grupos de beneficiários. No Grupo 1 enquadram-se os agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda familiar bruta anual máxima de R\$ 15 mil, os mesmos “aportarão valor de contrapartida equivalente a 4% (quatro por cento) do valor repassado para fins de edificação ou reforma da unidade habitacional”. O Grupo 2 é composto por agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda anual seja entre R\$ 10 mil a 30 mil, este grupo recebe subsídio de R\$ 7.610,00 repassados pelo FGTS, o restante do valor deve ser pago em um prazo de 10 anos em parcelas semestrais ou anuais. O grupo 3 compreende as famílias com renda anual superior a R\$ 30 mil e inferior ou igual a 60 mil, este grupo não recebe subsídios, mas conta com recurso do FGTS (BRASIL, 2011).

Além dos agricultores familiares e trabalhadores rurais, os pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquicultores, maricultores, piscicultores, comunidades quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, também fazem parte dos beneficiários atendidos pelo Programa. Estas comunidades são atendidas por meio de Entidades Organizadoras - EO que atuam sem fins lucrativos e são responsáveis por contratar ou firmar parceria com a CEF para possibilitar a execução das obras. Cooperativas,

associações, sindicatos ou Poder Público (Estados, Municípios e Distrito Federal) são exemplos de EO (SILVA, 2014).

Para melhor compreensão da efetivação do PMCMV Rural apresenta-se a seguir algumas tabelas, assim como, gráficos para avaliação das potencialidades e abrangência dos empreendimentos realizados pelo programa em nível nacional, e no Rio Grande do Sul, entre os anos de 2009 e 2017.

4 ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA RURAL NO BRASIL

A partir do ano de 2009, data da instituição do PMCMV Rural, pode-se constatar por meio da análise de dados estatísticos fornecidos pelo Ministério das Cidades, um total de 8.777 empreendimentos que totalizam 195.024 unidades habitacionais edificadas e distribuídas em todo o território nacional. Para tanto, foram investidos aproximadamente de R\$ 4.700 bilhões de reais.

ANO	EMPREENHIMENTO	UH	VALOR	BANCO
2009	6	71108	1.373.200,00	CAIXA
2010	405	194261	107.361.249,88	CAIXA
2011	846	194344	187.797.624,59	CAIXA
2012	2008	194841	1.056.353.708,98	CAIXA
2013	2437	194604	1.502.983.033,80	CAIXA e BB
2014	1982	194851	987.328.296,55	CAIXA e BB
2015	393	194337	250.768.542,41	CAIXA e BB
2016	695	194819	614.411.818,00	CAIXA
2017	5	127426	1.213.740,00	CAIXA

Figura. 1 – Desenvolvimento anual do programa no país, ao longo de sua efetivação; entre 2009 e 2017; Fonte: Ministério das Cidades (2018); adaptado pelos autores.

Conforme exposto na figura 1, pode-se perceber que o maior número de empreendimentos realizados pelo PMCMV Rural ocorreu no ano de 2013. Uma das hipóteses que pode justificar esse número é a maturidade do programa ou, ainda, o fato de ser um ano eleitoral que normalmente aceleram a realização de obras públicas. Da mesma forma, é possível perceber que o volume de UH se mantém praticamente semelhante até 2016, embora o total de empreendimentos diminua com o passar dos anos.

Em relação à distribuição dos empreendimentos e investimentos nas diferentes regiões do país (figura 2), observa-se que a maior concentração de unidades se dá nas regiões Sul e Nordeste, sendo a região Norte a com menor número de exemplares do Programa.

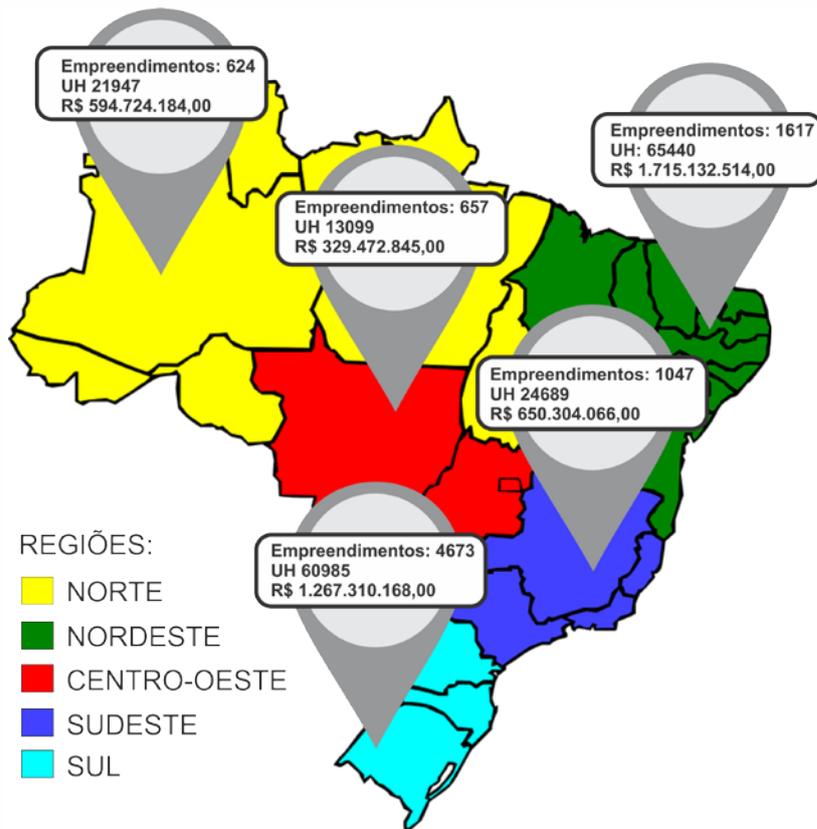


Figura 2 - Distribuição regional do Programa no país MCMVR; Fonte: Ministério das Cidades (2018); adaptado pelos autores.

Pode-se apontar como explicação para tal distribuição geográfica, o fato de que a maior concentração de empreendimentos nas regiões Sul e Nordeste está vinculada à estruturação social agrária que se compõe, em grande medida, de pequenas propriedades baseadas na agricultura familiar; principal público alvo do PMCMV Rural. Outra justificativa que pode ser levantada é o fator de que nessas regiões há uma maior estruturação dos movimentos sociais no campo e, conseqüentemente, maiores reivindicações.

Especificamente o PMCMV Rural no Rio Grande do Sul, pode-se observar a implantação de 2.305 empreendimentos, totalizando 26.712 UH e um valor aproximado de R\$ 578.370.000,00 realizadas em 381 cidades de pequeno e médio porte no estado, entre os anos de 2009 e 2016 (MCidades, 2018).

Fig. 3



Fig. 4



Fig. 3 - Volume de empreendimentos e UH no RS; entre 2009 e 2016; Fonte: Ministério das Cidades (2018); adaptado pelos autores.

Fig. 4 - Investimento realizado no programa MCMVR no RS; entre 2009 e 2016; Fonte: Ministério das Cidades (2018); adaptado pelos autores.

Diferente do que ocorreu a nível nacional, no Rio Grande do Sul o maior volume de empreendimentos e de UH pode ser observado no ano de 2012. Da mesma forma, que o maior valor investido corresponde ao mesmo período, conforme as figuras 3 e 4.

Abaixo destacam-se as cinco cidades que obtiveram os maiores volumes de empreendimentos e UH produzidas pelo programa no estado, sendo a cidade de Canguçu de maior destaque, podendo ter relação com o fato de o município ser o maior concentrador de minifúndios da América Latina, segundo Silva (2015).

	CANGUÇU	SANTA CRUZ DO SUL	SARANDI	SÃO GABRIEL	VENÂNCIO AIRES
Duração	2010 até 2014	2013 até 2016	2012 até 2016	2013 até 2016	2010 até 2016
Empreendimento	67	40	37	40	50

UH	977	314	548	314	469
Valor	93.038.297,00	7.681.362,78	1.627.290,00	9.386.050,00	11.829.474,87
Banco	Caixa	Caixa/BB	Caixa e BB	Caixa	Caixa

Figura 5 - Cidades gaúchas com maiores volumes de produção do programa MCMVR; Fonte: Ministério das Cidades (2018); adaptado pelos autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procurou-se analisar a implementação das políticas habitacionais rurais com enfoque no PMCMV Rural, entre o período de 2009 a 2017. Para tanto resgatou-se o histórico das políticas públicas nacionais de habitação para se compreender em quais contextos, sociais e econômicos, aconteceu a condução dessas políticas para o universo rural. No ano de 2003 foi instituído o primeiro PNHR que significou uma nova perspectiva, em relação a habitação para o trabalhador rural. Em 2009 o PNHR transformou-se um subprograma do PMCMV, intitulado de PMCMV Rural.

Podemos considerar por meio das análises de dados fornecidos pelo MCidades que o PMCMV Rural contribuiu para reduzir os déficits habitacionais nos territórios rurais e em poucos anos representou grande produtividade e volume de UH distribuídas em todo o país. No ano de 2013 atingiu o pico de sua produção e atualmente apresenta um momento de refluxo e diminuição de empreendimentos em relação aos anos anteriores.

No RS a implantação do programa nas 386 cidades contempladas, demonstrou a maior atividade no ano de 2012, e assim como ocorreu no restante do Brasil, foi importante na redução do déficit habitacional em território rural.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. C. O. As quatro décadas de atuação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) em Natal-RN: a arquitetura habitacional resultante. DOCOMOMO, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminarios%208%20Rio%20de%20Janeiro%20trabalhos.htm> >. Acesso em: 28 jun. 2018.

_____. Habitação Social no Nordeste: a atuação das CAPs e dos IAPs (1930-1964). Tese de Doutorado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo – USP. São Carlos – SP, set. 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/Maine/Downloads/calianecorrigida%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Maine/Downloads/calianecorrigida%20(1).pdf) > Acesso: 26 jun. 2018.

_____. **Habitação Social: origens e produção** (Natal, 1889-1964). 2007. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos - SP, set. 2007.

ALMEIDA C.O.; LIMA L. M. M.; FERREIRA A. L. Modernização urbana entre técnicas e teorias. O corpo técnico das CAPs e IAPs e a inserção de inovações na moradia urbana (Nordeste, décadas de 1940-1960). Paranoá, Brasília, n. 13, 2014 Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/viewFile/12053/8438>> . Acesso em: 25 jun. 2018.

AZEVEDO, S., ANDRADE, LAG. Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011, 116 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/xnfg4/pdf/azevedo-9788579820557.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2018.

ARANDIA. A. K. Reflexões sobre os rumos e a situação atual do homem do campo. Ensaios FEE, Porto Alegre, 9 (1): 54-63, 1988. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1188/1533>> Acesso em: 20 jun. 2018.

BONDUKI, N. G. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa, Minha Vida. **Teoria e Debate**, n. 82, p. 8- 14, maio/jun. 2009.

_____. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2002.

_____. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n.1, p.70–104, 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arg.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: jun. 2018.

BRASIL. Lei n. 11.977 de 7 e julho de 2009. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11977.htm>. Acesso em: 14 mai. 2018.

BRASIL. Portaria Interministerial n. 326, de 31 de agosto de 2009. Dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Disponível em: http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=318:programa-minha-casa-minha-vida-rural-pnhr&Itemid=98>. Acesso em: 13 mai. 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Minha Casa Minha Vida - Habitação Rural. 2009. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha->

[vida/rural/Paginas/default.aspx](#)>. Acesso em: 14 jun. 2018. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. Série Espaço & Debate. 3ªed., São Paulo: Atual Editora, 1997.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria interministerial n. 395, de 26 de agosto de 2011. Diário Oficial da União, Brasília, 29 ago. 2011, nº 166, seção 1, pág. 118. Disponível em: http://www.lex.com.br/doc_22004869_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_395_DE_26_DE_AGOSTO_DE_2011.aspx> Acesso em: 25 jun. 2018.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROVER, Oscar José; MUNARINI, Paulo Roberto. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, jul. dez. 2010. p. 260- 269.

SILVA, C.M.G. da. **Habitação rural: uma luta por cidadania**. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP. São Paulo, p. 152. 2014.

SILVA, N. M. I. O comportamento sucessório na agricultura familiar de Canguçu/RS. Programa de pós-graduação em Geografia – Universidade Federal Do Rio Grande, 2015